

O INVESTIMENTO PÚBLICO II

Quando escrevo estas linhas, acabo de saber que Luís Campos e Cunha se demitiu de ministro das Finanças. Desejo ao seu sucessor, Fernando Teixeira dos Santos, o maior sucesso.

Ao contrário do que afirmam alguns comentadores, Luís Campos e Cunha não tinha a mesma política económica que Manuela Ferreira Leite. O fundamentalismo monetarista de Manuela Ferreira Leite fez a antiga ministra proclamar que, na conjuntura, cortaria na despesa pública mesmo que não fosse obrigada a fazê-lo. Nunca tal afirmou Luís Campos e Cunha, que assumiu que as medidas restritivas que tomou foram ditadas pelo problema do défice das contas públicas e poderão vir a ter efeitos recessivos sobre a economia, ao contraírem a procura interna numa conjuntura de quebra mundial da procura externa. Manuela Ferreira Leite perdoou à França e à Alemanha o não cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União Europeia (UE). Todavia, não aproveitou a oportunidade para negociar a flexibilização do dito PEC que, segundo Romano Prodi, era estúpido. Porque era estúpido, alguma flexibilização veio a verificar-se posteriormente.

Tecnicamente, Luís Campos e Cunha tomou as medidas correctas para fazer face, no curto prazo, ao problema do défice. Ao subir a taxa mais elevada do IVA garantiu de imediato receitas fiscais. Por outro lado, porque há uma correlação positiva entre a procura interna privada e as importações, no curto prazo, são de esperar maiores efeitos contracíclicos do estímulo da procura interna pública inerente a investimento público do que do estímulo da procura interna privada. Por fim, as medidas mostraram à UE que o país está a fazer alguma coisa em relação ao défice, o que permitiu ter um prazo mais dilatado para corrigir o problema (até 2008), e fortaleceram a nossa posição nas negociações que se avizinham do novo Quadro Comunitário de Apoio.

As reacções às propostas de reforma do Governo têm revelado o país corporativo que somos, as capelinhas (também sindicais). No que refere ao investimento público, aquilo que sugiro ao Governo é que observe os elefantes brancos realizados no pós-25 de Abril. Que tire daí conclusões para o futuro acerca do modo de avaliar e tomar decisões sobre Projectos de investimento público. Que tome decisões de investimento público com transparência, com discussão pública de alternativas tecnicamente fundamentadas, colocando o interesse público acima dos interesses corporativos de *lobbies* sectoriais. *Lobbies* que sistematicamente vendem as suas soluções ‘técnicas’ como únicas e indiscutíveis, sendo que quem paga as contas das loucuras realizadas são os contribuintes emudecidos. Ou seja, sugiro ao Governo uma cultura de avaliação e aprendizagem, também a este nível. Já agora, é a ausência desta cultura que tem permitido que todos os anos (já lá vão mais de vinte e cinco anos) o país seja varrido por uma onda de incêndios florestais, sempre pelas mesmas razões.

Portugal tem um problema de falta de competitividade que precisa de resolver. Não pode, não deve, desbaratar dinheiro público ao sabor dos interesses dos *lobbies*. Em muitos dos seus territórios, a prioridade do investimento público deveria estar na qualificação da mão-de-obra.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa

Porto, 21 de Julho de 2005